

# CERÂMICA DOS SÉCULOS XV A XVIII DO CONVENTO DE SANTANA DE LEIRIA

## HISTÓRIA E VIVÊNCIAS EM TORNO DA CULTURA MATERIAL

**ANA RITA TRINDADE** Mestranda de Arqueologia na FSCH-UNL

**RESUMO** Fundado em 1494 por D. Catarina, Condessa de Loulé, viúva de D. João Coutinho morto na Batalha de Arzila em 1471, o Convento de Santana estabeleceu-se em Leiria como comunidade de Dominicanas, na zona do antigo Rossio, junto ao Rio Lis. A sua comunidade foi extinta em 1880, após a morte da última religiosa, Soror Joaquina do Rosário, e o seu edifício demolido em 1916, para a construção do actual Mercado de Santana no mesmo local.

A sua integração na dinâmica socioeconómica e devocional local e regional desenvolveu-se em vários âmbitos como: recepção das filhas de famílias burguesas e nobres como professoras; recolhimento de mulheres seculares; exploração enfitêutica do seu património rural, por parte de pequenos e médio lavradores; capitalização de dotes de religiosas a juros, funcionando como instituição e crédito; assistência à população em período de epidemia; amparo espiritual, através de missas e instituição de capelas, para as quais os fiéis doaram quantidades mais ou menos generosas de bens. A casa terá vivido o seu auge entre o século XVII e início do século XVIII, entrando posteriormente em decadência.

O espólio arqueológico cerâmico recolhido aquando da intervenção arqueológica ocorrida entre 1999 e 2000 no Mercado de Santana, poderá ser um reflexo de toda esta dinâmica e sua evolução. Apresentamos a sua coleção de faiança portuguesa Lisboa e Coimbra, datada entre os séculos XV e XVIII, de cerâmica fina das oficinas de Lisboa e Estremoz, bem como de porcelana chinesa, das dinastias Ming e Qing, dos reinados de Jiajing a Quianlong. O conjunto, com funcionalidades que vão desde a botica à mesa, predominando esta, concentra toda a sua variedade tipológica, riqueza estilística e distribuição quantitativa no século XVII, no caso dos dois primeiros conjuntos, e no século XVI, no caso do último.

**PALAVRAS-CHAVE** Leiria, convento, freiras, faiança portuguesa, porcelana chinesa, cerâmica fina

***"O seu pucaro ha de ser de barro, e a salva hum pratinho de loça, e toda esta groceyra da que se faz na nossa terra, porque Genova, e a India estão, e devem estar muyto longe de huma Freyra."***

Padre Manuel Velho

*(Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hũa Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse. 1730, p. 313)*

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste num resumo das principais linhas da nossa tese de mestrado<sup>1</sup>. Com o estudo histórico desta comunidade e da sua cultura material na componente da cerâmica arqueológica, pretende-se apresentar dados para duas grandes problemáticas:

por um lado, uma específica vivência da cultura material de carácter secular em conventos femininos na relação com aspectos de ordem social, económica, cultural e ideológica, num quadro dinâmico de aproximação e afastamento em relação às normas e moral impostas à vida religiosa feminina; por outro lado o fabrico, distribuição e caracterização socioeconómica do consumo da cerâmica portuguesa e chinesa moderna.

### 1. A COMUNIDADE E AS SUAS VIVÊNCIAS: BREVE SINOPSE HISTÓRICA

O convento de Santana de Leiria foi fundado em 1494 por D. Catarina de Castro, Condessa de Loulé, viúva de D. João Coutinho, que, acompanhando D. Afonso V na tomada de Arzila em 1471, pereceu em combate. Viúva e sem filhos, D. Catarina decide fundar um convento sob a regra de S. Domingos, para o qual se pudesse retirar, empregando em tal empresa os seus bens, que viria a doar ao convento na totalidade. Em 1494, recebe licença para a sua construção pelo Breve

1. Em curso na FSCH-UNL, sob orientação de Doutora Rosa Varela Gomes. Agradecimentos: Dr. João Paulo Carvalho, Doutora Rosa Varela Gomes (FSCH-UNL), Dr. Pedro Ferreira, Dra. Susana Carvalho, Dra. Anabela Carvalho, Dra. Vânia Carvalho (todos da Câmara Municipal de Leiria).

do Papa Alexandre VI, e D. João II dá autorização para a compra de bens de raiz para o convento. Em 1495, integram a sua comunidade cinco monjas do Convento de Jesus de Aveiro, tendo sido ocupado em 1498, após a conclusão das obras (Sousa, 1866, p. 474-477). Seria o sexto convento dominicano feminino fundado em Portugal (Rosário, 1993, p. 656).

Depois da fundação, havia que continuar o trabalho de organizar a casa e de alcançar garantias da sua sobrevivência, provendo às necessidades mais básicas e quotidianas e às futuras, de engrandecimento e de dignificação da instituição. Para isso, apresentaram as religiosas algumas petições de mercês à Coroa, que foram atendidas. Contemplaram-se aspectos como a protecção do convento da entrada de estranhos, a dotação da casa de propriedades fundiárias, a prioridade no abastecimento de alimentos nos mercados locais, o provimento trabalhadores, doações em géneros como trigo, e em dinheiro como o 1% das sisas dos almoxarifados de Leiria e Óbidos. Os privilégios reais mais expressivos foram atribuídos entre os séculos XV e XVI, e correspondem, essencialmente, ao período inicial da vida da casa, época de organização interna e de conquista de um estatuto social elevado. Ao longo dos séculos seguintes, os monarcas pouco mais que limitar-se-ão a confirmar algumas destas mercês (Braga, Braga, 1995). No fim do século XVI, a existência de escrituras de contrato de aforamento, dá conta de como se encontrava organizada e estabilizada a vida económica conventual, detendo a comunidade bens fundiários que lhe traziam rendimentos. Num quadro de uma economia regional fortemente assente na agricultura e pecuária, a exploração enfitéutica das suas propriedades rurais situadas no termo de Leiria, Ourém, Porto de Mós, Pombal e Batalha, desempenhará, ao longo da existência desta casa, o mais importante papel na sua sobrevivência, sendo os foros pagos em géneros, como o trigo, o milho, a cevada, o azeite, e animais, como galinhas, carneiros, porcos, e, também, carradas de palha.<sup>2</sup>

Logo desde o século XVI, encontramos evidências de uma bolsa de patrocinadores. As doações de bens podem ser pequenas esmolas de dinheiro e azeite, como o encargo pio da Capela de Santa Margarida do Arabal, instituída por testamento de Domingos Dantas em 7 de Outubro de 1593 (Arquivo Distrital de Leiria, 15/04/1856) mas também podem constar de avultadas propriedades de raiz e móveis, como as que deixou em testamento Isabel de Lemos, "*huma nobre Dona d'esta*

*Cidade*", em data desconhecida (Sousa, 1866, p. 482). As mais importantes patrocinadoras desta casa seriam duas damas da Casa de Bragança e Vila Real, como a Duquesa D. Brites de Lencastre, esposa de D. Teodósio, 5.º Duque de Bragança, e da sua filha D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha, Marquesa de Vila Real, esposa do 6.º Marquês de Vila Real, Miguel Luís de Meneses (1565-1637), falecidas em 1623 e 1626, respectivamente que legaram vários dos seus bens e foram sepultadas no coro baixo da Igreja (Zúquete, 1945, p. 314-315). Sepulturas, missas por alma e instituição de capelas, serão várias as modalidades de o apoio espiritual procuradas pelos fiéis a bem da salvação da sua alma ao longo da existência deste convento. Este viria a desempenhar outro tipo de amparo à população de Leiria, pondo a enfermaria ao serviço durante a grande epidemia de peste de 1598-1602, contando com o auxílio dos irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário, como André Rodrigues, barbeiro, que aí sangrou doentes (Pousão-Smith, 2008, p. 138, 222).

O patrocínio daquelas damas, muito em especial o da Marquesa de Vila Real evidencia a estreita ligação desta casa com o Convento de Santana que também albergará membros da família como D. Filipa de Meneses (†1644) e D. Maria de Lara, cunhadas de D. Isabel de Lencastre, filhas do 5.º Marquês, D. Manuel de Meneses (1537-1590). Assim, o Convento de Santana parece, de certa forma, integrar-se na dinâmica de "corte na aldeia" protagonizada pelos Vila Real na cidade de Leiria (Pousão-Smith, 2008, p. 420-429) na componente do clientelismo e da troca de benefícios pela via feminina da família. Obtinham-se benefícios espirituais em vida e depois da morte, garantindo-se a salvação da alma, o sustento das familiares que vivem no convento e o engrandecimento do nome da casa, pela sua prova de magnanimidade.

Castelo Branco, Silva da Costa, Ataíde, Evangelho, Mesquita, Alcoforado, Valadares, Silva, Sousa Curru-telo são outras famílias da alta burguesia e nobreza local e regional de que são originárias muitas das religiosas identificadas entre o século XVII e primeira metade do século XVIII. Por mercê das relações matrimoniais destas famílias, encontramos religiosas com relações de parentesco entre si, registando-se irmãs, primas, sobrinhas e tias de primeira e segunda geração. A estas juntam-se filhas de famílias da pequena burguesia, e, também, familiares de clérigos.<sup>3</sup>

Muitas terão professado em alternativa ao casamento, tratando-se de filhas segundas e outras por necessidade

2. Conforme diversas escrituras patentes em livros do Cartório Notarial de Leiria, e documentação do fundo do Convento de Santana de Leiria, ambos do Arquivo Distrital de Leiria que nos encontramos a estudar no âmbito de tese de mestrado.

3. Conforme análise em curso de diversa documentação do fundo do Cartório Notarial de Leiria e do Convento de Santana do Arquivo Distrital de Leiria.

de amparo, por orfandade de pai, mãe ou ambos. Na grande maioria, são oriundas da cidade e seu termo, mas também há casos de religiosas providas do Brasil. À entrada, cada religiosa pagava propinas e dote. Os valores do dote ordinário evoluíram de 300 mil reis no início do século XVII para 600 mil reis na segunda metade do século XVIII, segundo os registos disponíveis, tratando-se de um valor médio para os padrões da Época Moderna em Portugal. Muitas religiosas dispunham de fortuna pessoal sob a forma de tenças e foros a retro aberto com que complementavam o sustento que o convento lhes garantia. O crédito de capital a juros foi outra forma de rentabilização da fortuna pessoal.<sup>4</sup>

Além das religiosas, o convento albergou muitas mulheres recolhidas. Regista-se, também, a presença de criadas de dentro, de fora e escravas, muitas do serviço particular de religiosas, entrando com estas para o convento. Sacristães, criados, moços e outros serviços, constituem a população masculina. Sob a alçada do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o convento contava com a presença destes dominicanos que tutelavam aspectos relacionados com a direcção espiritual e administração do convento, na figura de vigários, pregadores, capelães e procuradores.<sup>5</sup>

O auge demográfico da casa ter-se-á dado durante o século XVII e primeira metade do século XVIII, aparentando, assim, estar perfeitamente integrado na tendência nacional para o período em questão, quando os conventos tiveram uma população mais numerosa (Paiva, 2000, p. 201-217). Em 1626, relata Frei Luís de Sousa que "*De ordinario se sustentão aqui setenta Religiosas, numero demasiado*" (Sousa, 1866, p. 482). Cálculos de população a partir da documentação disponível para o efeito, nomeadamente escrituras de dote e de outra natureza, em que as religiosas deixam a sua assinatura individual, registam a presença de 60 religiosas em 1747 e um total de 96 entradas no segundo quartel do século XVIII, números certamente aquém da realidade, uma vez que só as religiosas do topo da hierarquia seriam chamadas a assinar.

Ao auge demográfico corresponderá um auge socio-económico, não obstante as permanentes dificuldades económicas da casa. Com efeito, a partir da segunda metade do século XVIII até às invasões francesas, em 1810, o convento entra em acelerada decadência. Maus anos agrícolas, falta de pagamentos dos foros e dos capitais emprestados e respectivos e juros poderão ter diminuído os rendimentos conventuais. A ajudar esta situação, a outra forma de rendimento em dinheiro, os dotes e propinas, sofreu um duro golpe,

porque o número de ingressos entra em declínio progressivo: no terceiro quartel registam-se, em termos indicativos, 60 entradas e na primeira década do século XIX, apenas 24. E não só o número de religiosas começa a diminuir, como deixamos de identificar religiosas provenientes de grandes famílias nobres e burguesas.<sup>6</sup> Uma rude adversidade ocorre em 1746 com um grande incêndio que destruiria parte do edifício e anexos, que nunca viriam ser reconstruídos, não obstante mais de 30 anos de diligências junto da Coroa para obter apoio para as obras que não se concretizou. (Arquivo Distrital de Leiria, 29/12/1748 – 09/01/1782)

Em 1810, a segunda invasão das tropas francesas agrava esta situação, ao destruir ainda mais o edifício do convento, enquanto as freiras se encontravam refugiadas no Convento de Santa Joana, em Lisboa. A extinção das ordens religiosas em 1834 agudiza este processo (Zúquete, 1945, p. 316). Em 1880, ano da morte da última religiosa professa, Soror Joaquina do Rosário, o convento é definitivamente extinto e os seus bens passam a integrar a Fazenda Nacional. Desvirtuado da sua função original, o espaço do convento funciona de 1882 a 1916 como escola feminina, entregue a religiosas dominicanas terceiras. O crescimento urbano e as novas dinâmicas socioeconómicas começam, desde a extinção das suas funções religiosas, a fazer sentir a sua pressão sobre o edifício e área da sua cerca. Assim, esta foi dividida e invadida pela construção de novos arruamentos e edifícios habitacionais de vários andares. Adquirido pela Câmara Municipal em 1915, o seu espaço é cedido para a construção de um mercado municipal. Os trabalhos de demolição iniciam-se em 1916 e, em 1931, é inaugurado o Mercado de Santana, da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi (Cabral, 1993, p. 41-42).

## 2. O ESPAÇO CONVENTUAL

Os alicerces do antigo Convento de Santana de Leiria jazem sob o edifício do Mercado de Santana, no Centro Histórico de Leiria. O sítio é localizável na C.M.P. com Latitude N 4399450 e Longitude W 516630 (fig. 1). O complexo conventual edificou-se na curva do Rio Lis em zona de carácter agrícola, que se manteve com esse carácter até ao século XIX (fig. 2).

A localização segue o modelo típico das ordens mendicantes, procurando obedecer a efeitos práticos e simbólicos. Zonas junto de rios e em terra arável, proporcionam um bom abastecimento de água, e o cultivo de hortas, pomares e jardins na cerca e claustro de forma

4. Idem.

5. Idem.

6. O que poderá, igualmente, dever-se ao facto de estas passarem a assinar com os seus nomes de professoras e não os seculares, desconhecendo-se os seus apelidos, conforme se verifica nas assinaturas nos contratos usados como fonte para reconstituição da comunidade.



1. Localização da área do antigo Convento de Santana intervencionada, em excerto da Carta Militar de Portugal 1:25 000, folha 297.



3. O Convento de Santana em fotografia de c. 1880.



2. Localização do Convento de Santana em planta da cidade de Leiria de 1816.

a garantir uma parte da subsistência da comunidade e a edificá-la espiritualmente pelo trabalho. A instalação junto de centros urbanos, deve-se a um apostolado orientado para o mundo secular, marcado pelas obras de caridade, junto de pobres e doentes, e pregação, contribuindo ainda para salvação das almas, através do seu exemplo de virtude e oração (Borges, 1998, p. 32-33).

Com o subsequente crescimento da vila, desde século XVI, que a fez elevar a cidade em 1545, a malha urbana aproximou-se do convento, trazendo para sua vizinhança as elites económicas e sociais, que abonarão o convento de religiosas e patrocinadores, concentradas entre o Solar dos Ataídes, no Terreiro e o palácio dos Vila Real, na Praça de São Martinho, hoje Praça Rodrigues Lobo (Margarido, 1988, p. 52-57).

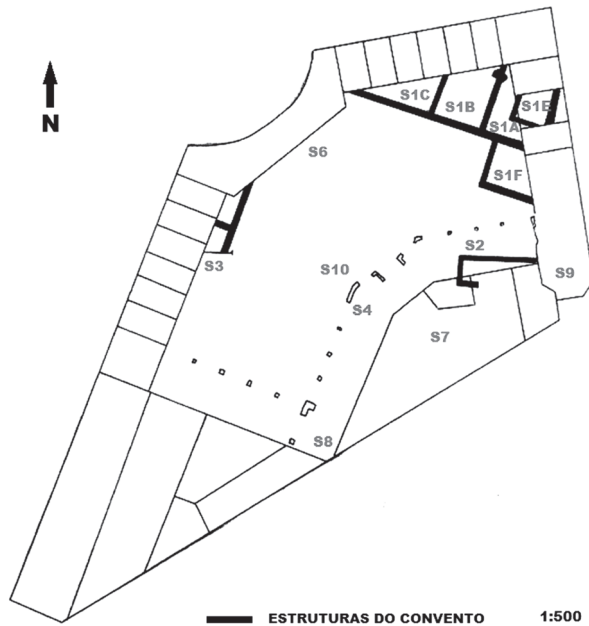
Tratava-se de um edifício de traço arquitectónico simples, depurado e austero, de uma monumentalidade tímida reservada ao portal da igreja, com os altos e

espessos muros da cerca (fig. 3). No interior dispunham-se as áreas funcionais clássicas da arquitectura conventual feminina, espaços de função primordialmente religiosa, que pelo seu carácter de habitação permanente em comunidade e em clausura, acabam por ser também espaços com funções de sobrevivência corporal, de trabalho, de sociabilidade e de cultura, e mesmo até de contacto com o exterior (Borges, 1998). As fontes documentais referem dependências tão diversas como a Igreja, com sua capela mor, coro, sacristia, claustro, áreas habitacionais como *casa das Freiras*, salas, as celas, noviciaria, espaços para o cuidado de doentes como a botica e enfermaria, espaços de trabalho como a rouparia o refeitório, cozinha, dispensa, casa do forno, *massaria*, lagar, adega, celeiro, horta, pomar, bem como espaços de contacto com o exterior como a casa da grade, roda, portaria, hospedaria e miradouro.

### 3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

No âmbito de obras da Câmara Municipal de Leiria, para reabilitação do edifício do Mercado de Santana localizado no Largo de Santana, na mesma cidade, como espaço de actividades culturais, procedeu-se à construção de um parque de estacionamento e de um auditório subterrâneos. Foi no quadro de acompanhamento destas obras que se realizou a intervenção arqueológica de emergência neste espaço entre Setembro de 1999 e Março de 2000, dirigida por João Paulo Carvalho. Além do acompanhamento das movimentações de terra, realizaram-se 12 sondagens no interior do recinto do mercado (fig. 4).

Encontram-se espessas camadas de terra, bem como de entulho coevas da época de construção do edifício do mercado. Tais terras resultam do desaterro do meio da encosta da elevação natural, em cujo sopé foi edificado o convento, tendo sido aqui depositadas com vista à construção de uma plataforma de assentamento dos



4. Planta do Mercado de Santana e da área de intervenção arqueológica, com indicação das sondagens que forneceram o material em estudo.

alicerces do mercado. Sob estas terras, encontraram-se níveis de entulho resultante da demolição do edifício do convento utilizados com fim semelhante. Os alicerces do mercado revelaram-se nos arcos de sustentação, muitos deles directamente assentes nas estruturas do convento. Da ocupação do espaço em épocas anteriores à construção do mercado, registam-se os níveis de fins do século XIX associáveis à utilização do edifício do convento como escola feminina, bem como à alienação de terrenos da sua cerca, atestada pela presença dos alicerces de um prédio particular.

Da realidade do Convento de Santana, a intervenção arqueológica permitiu conhecer as estruturas do piso térreo atribuíveis à ala Sul, e Oeste (traseiras) do seu edifício, bem como a um anexo, localizado no interior da cerca na proximidade do mesmo edifício de funcionalidade pouco clara, possivelmente relacionada com o apoio às actividades de horticultura e jardinagem. Todas estas estruturas situam-se a uma profundidade de cerca de 2,5 m abaixo do piso térreo do mercado. A área exterior do convento enquadrada dentro dos limites da sua cerca, foi também revelada nas sondagens realizadas. Esta deveria ser ocupada por horta, pomar e jardim, servindo também em algumas áreas como depósito de detritos.

Os níveis interiores e exteriores do convento ofereceram grande quantidade de espólio integrável em toda a extensão da amplitude cronológica da ocupação do espaço com essa funcionalidade, constituído por materiais de construção, faunísticos e, sobretudo, de utilização quotidiana.

O material de construção sobrevivente ao desmantelamento e demolição do convento constitui um grupo minoritário. Entre materiais metálicos, cerâmicos e pétreos diversos, destacam-se alguns fragmentos de estuque, de telha, o piso em tijoleira no interior dos compartimentos do edifício do convento e seu anexo, alguns azulejos hispano-árabes produzidos em Sevilha entre finais do século XV e inícios do século XVI, pela técnica de "aresta", bem como elementos de colunas e uma bica de calcário datada de 1585. O espólio faunístico interpreta-se como estando relacionado com a alimentação da comunidade de religiosas e consiste em restos dessa actividade que são depositados na cerca do convento, pelo que se detectaram diversos níveis de lixeiras que integram materiais mamalógicos, ictiológicos e malacológicos.

Foram estes níveis de lixeira que ofereceram a maior quantidade do espólio de utilização quotidiana, que constitui, por sua vez, o tipo de espólio mais abundante. Estes materiais repartem-se também por outras zonas da área rural em níveis de terreno revolvido pelas actividades de exploração agrícola, bem como pelo interior do edifício do convento. Os níveis de entulho e de aterro também oferecem materiais deste tipo. Destacam-se alguns vidros e um extensíssimo conjunto de materiais cerâmicos comuns, vidrados, bem como a faiança, cerâmica fina e porcelana que apresentamos em seguida.

O espólio desta intervenção encontra-se depositado na Reserva Arqueológica do Município de Leiria.

#### 4. A CERÂMICA

O nosso estudo incide sobre o espólio cerâmico de faiança, cerâmica comum fina decorada de fabrico português e porcelana chinesa, datado entre finais do século XV e finais do século XVIII, num total de 2992 fragmentos.

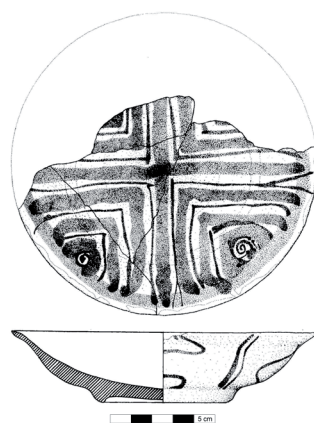
##### 4.1 Faiança portuguesa

A faiança portuguesa contabiliza-se em 2792 fragmentos cronologicamente situados entre os finais do século XV / inícios do século XVI e o terceiro quartel do século XVIII, sendo atribuídos a dois grandes centros de produção: Lisboa, com as suas pastas amarelas, e esmaltes espessos e brilhantes e Coimbra, com as suas pastas brancas, beges, rosadas, com esmaltes finos baços.

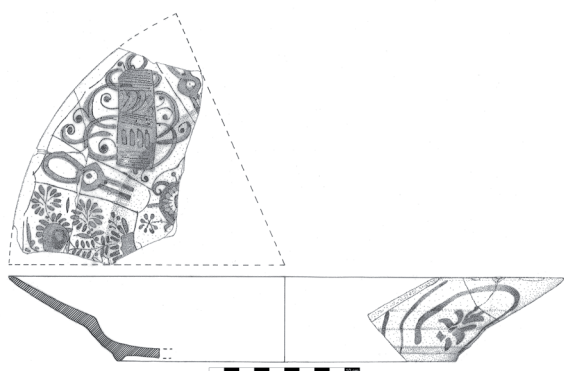
As peças atribuíveis a fins do século XV inícios do século XVI contabilizam-se em 8. Destacam-se desse grupo as chamadas peças *malegueiras* esmaltadas a branco de produção Lisboeta e Coimbrã. O exemplar de prato com ônfalo apresentado (fig. 5), pelo seu esmalte espesso e brilhante, poderá tratar-se de uma produção lisboeta,



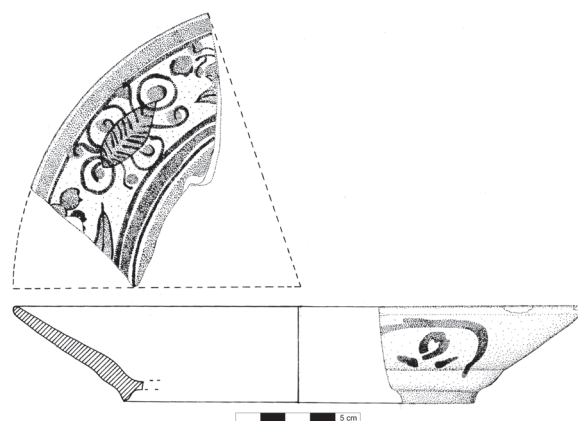
5. Prato. MS99/S7/[197]/ 2962



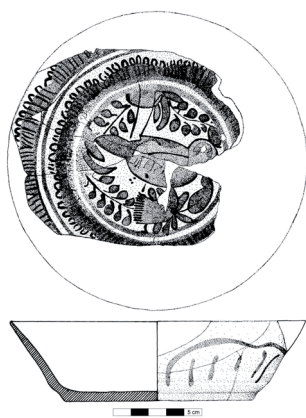
6. Prato. MS00/PP



7. Prato. MS99/S7/[170]



8. Prato. MS00/PP/[250]



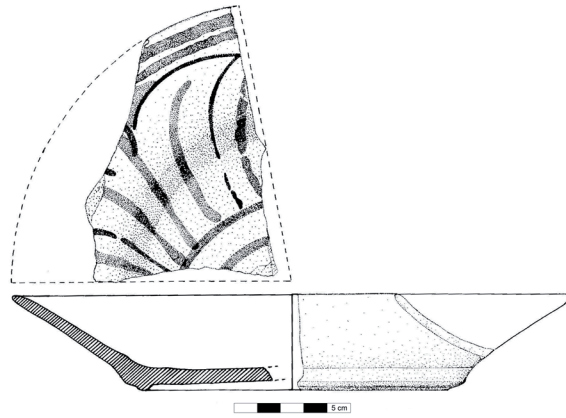
9. Prato. MS00/PP/[250]



10. Prato. MS99/S1

muito semelhante a outras encontradas em arqueossítios datados entre os séculos XV e XVI, como o poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 159). A primeira metade do século XVII é o período cronológico melhor representado, com 1157 fragmentos, correspondendo, ao mesmo tempo, à época de auge

da produção da faiança portuguesa. Domina o cromatismo do azul de cobalto sobre o branco em peças com uma temática decorativa de inspiração europeia, de origem italiana e espanhola com motivos geométricos (fig. 6) ou fitomórficos com diversos paralelos em peças do Museu Nacional de Arte Antiga e Museu



11. Prato. MS99/S1/[15]/1666

Nacional Machado de Castro, entre outros (Calado, 1992; A influência oriental na cerâmica Portuguesa do século XVII, 1994). No primeiro quartel do século XVII até inícios da primeira metade da centúria, surgem as primeiras peças com imitação dos motivos dos “oito objectos preciosos” da porcelana chinesa Wan Li, os chamados *pré aranhões* (fig. 7), grupo dominante no universo do Convento de Santana, representado por 376 fragmentos. A atribuição cronológica destas peças tem sido feita em termos absolutos pela presença de cronogramas em alguns exemplares, a que faz referência Reinaldo dos Santos: pratos datados de 1637, 1646, 1649, 1651, potes de 1646; garrafas e canudos de botica de 1641 (Santos 1960, p. 47).

À segunda metade do século XVII atribuem-se 511 fragmentos. A marca que é classicamente atribuída a este período é a introdução do óxido de manganês na decoração dando origem aos tons de vinho e castanho como contorno de motivos pintados em azul de cobalto. As temáticas decorativas características deste período que encontramos em Santana são as dos chamados *aranhões* (fig. 8) *rendas* (fig. 9) e o chamado *desenho miúdo* de inspiração chinesa. Os *aranhões* constituem estilizações de espírito mais popular dos mesmos “oito objectos preciosos” que aparecem na faiança azul e branca do período anterior. São conhecidos pratos com cronogramas de 1652, 1655, 1660, 1677 (Santos, 1960, p. 47) O tema das *rendas*, de carácter totalmente europeu, parece seguir a mesma tendência de simulação de tecido que os frontões de altar azulejares. Paralelo para a decoração do exemplar apresentado encontra-se na Fundação Carmona e Costa (Pais e Monteiro, 2003, p. 101)

Peças datadas entre fins do século XVII e inícios do século XVIII contabilizam-se em 13, distinguindo-se, no seu conjunto, grupos decorativos como os de temática barroca, com enrolamentos fitomórficos estilizados, contas, motivos heráldicos, as *malegueiras*, todos em

tons de azul e vinho, e, ainda, as peças de tipo *Monte Sinai* (fig. 10), com a sua característica decoração fitomórfica sobre esmalte de cor azul mais clara ou cinzenta azulada, cuja produção se atribui às olarias da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da zona ocidental de Lisboa (Queiroz, 2002, p. 42)

Do século XVIII são reconhecidas 297 peças, de possível produção coimbrã, de menor qualidade artística e de fabrico. Identificam-se exemplares da chamada *louça do Brioso*, característicos pela sua decoração que recupera motivos barrocos (fig. 11), “caricaturando-os” com “rusticidade” (Calado, 1992), não deixado, no entanto, de se enquadrar nas novidades da pintura de cerâmica europeia da época, ao usar técnicas como o esponjado, presente em outras peças da colecção.

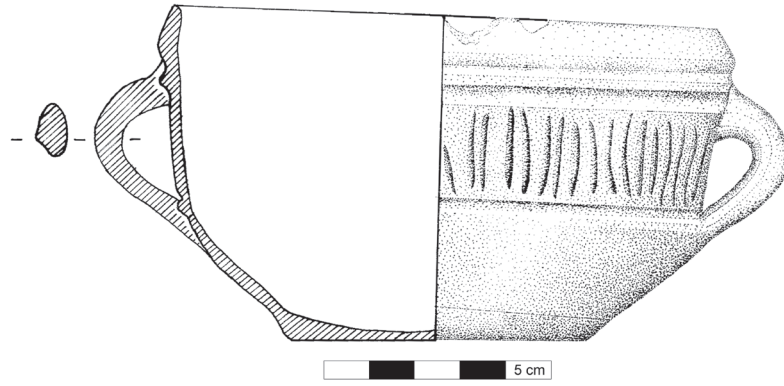
As formas encontradas são os pratos (1698 peças), as taças (329), tampas de potes, caixas ou mesmo açucareiros (11), especieiros (10), jarros (2), boião de farmácia (1) e caixa (1).

#### 4.2 Cerâmica fina decorada

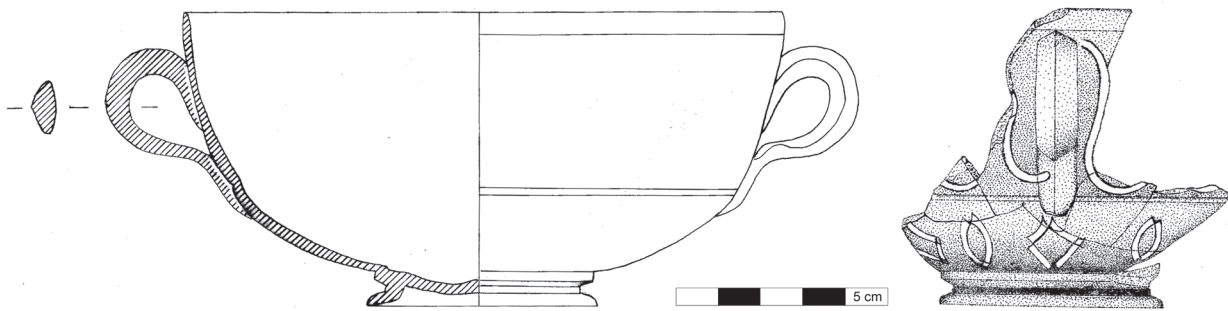
O conjunto da cerâmica comum fina contabiliza-se em 114 fragmentos. Trata-se de uma louça de mesa cuja produção atribuímos às oficinas alto-alentejanas de Estremoz e Montemor-o-Novo, bem como às de Lisboa, com uma cronologia que situamos entre o século XVII e inícios do século XVIII (Ferreira, 1995; Ramalho, e Folgado, 1997; Vasconcellos, 1957). Muitos autores de Época Moderna celebraram esta cerâmica pela sua qualidade técnica, estética e pelo seu barro fino e aromático que a vocacionava para o consumo de água, como, por exemplo Duarte Nunes de Leão na sua obra de 1599 (Leão, 2003, p. 185). A sua representação na pintura seiscentista de Josefa de Óbidos indicia uma possível associação ao consumo de doces (Josefa de Óbidos e o tempo barroco, 1991).

Em termos gerais, as suas principais características são a fineza e pureza das suas pastas tornando possível a elaboração de peças de paredes finas, os engobes que lhe dão uma intensa cor ou o brunido que lhe dá uma textura macia, o aspecto relevado da sua profusa decoração e o facto de se tratarem de formas pequenas. Dividimos o conjunto em quatro subgrupos de fabrico tendo em conta critérios como a cor da pasta, tratamento de superfície, forma e técnica decorativa.

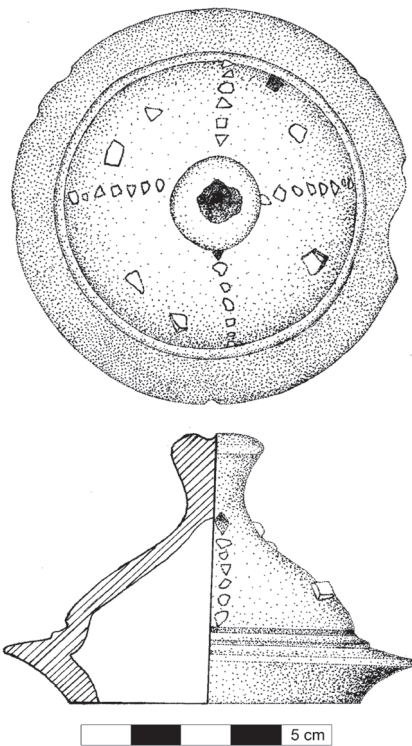
As cerâmicas engobadas com decoração incisa contabilizam-se em 82 fragmentos. De pastas entre o rosado claro e o vermelho alaranjado claro, com engobe de cor vermelha clara alaranjada, apresentam motivos decorativos incisos, que podem ser acompanhados de punções ou excisões. Os mais comuns do grupo são os traços verticais finos (fig. 12), registando-se também a



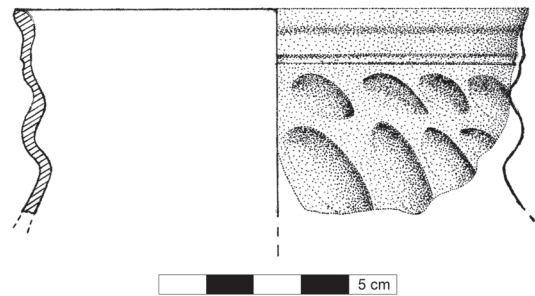
12. Taça. MS00/S7/[191]/3354



13. Taça. MS00/S4/[140]/3046



14. Tampa. MS99/PP/[250]/137



15. Taça. MS99/S7/[188]/119



presença de linhas onduladas, formas ovóides e sub-triangulares.

As cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada totalizam-se em 14 exemplares, e caracterizam-se pelas pastas de cor vermelha alaranjada escura, engobe da mesma cor e motivos decorativos desenhados por incisão e preenchidos com uma aguada branca. São representadas linhas onduladas e motivos geométricos (fig. 13), bem como arcos, enrolamentos fitomórficos estilizados de estilo barroco.

As cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica são apenas 4, e distinguem-se pela pasta de cor vermelha muito escura, engobe do mesmo tom e decoração que combina o desenho do contorno de formas com incisão, a aplicação de pedras de quartzo e de coroplastos. A peça apresentada apenas exhibe empedrados (fig. 14).

As cerâmicas brunidas com decoração incisa ou modelada somam-se em 14 e apresentam pastas de cor vermelha acastanhada, com frisos de motivos ovóides (fig. 15), círculos e linhas onduladas.

Na totalidade do conjunto, verifica-se que a taça é a forma mais frequente, com 63 fragmentos, seguindo-se a bilha (15), o púcaro (9), 2 fragmentos de pote e uma tampa. Registam-se, ainda 23 fragmentos de forma indefinida.

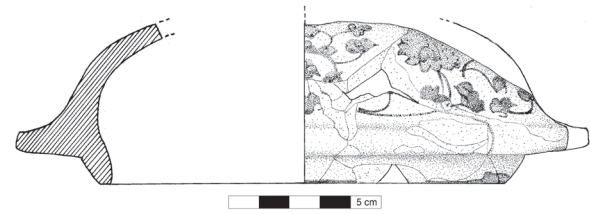
#### 4.3 Porcelana Chinesa

O conjunto porcelânico chinês é representado por 86 peças. A amplitude cronológica do conjunto tem como limites os inícios do reinado de Zhengde da dinastia Ming (1506) e os fins do reinado de Qianlong da dinastia Qing (1795).

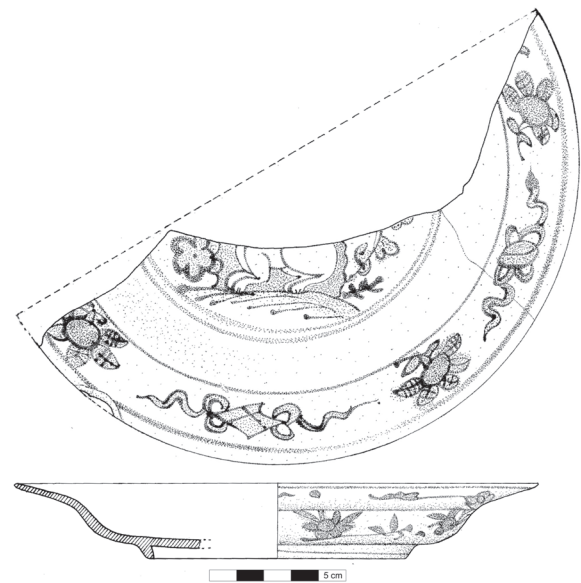
Peças com características atribuíveis aos reinados Zhengde (1506-1521) e Jiajing (1522-1566), registam-se 2. Distinguem-se pela sua pasta espessa de tom acinzentado, vidrado, por vezes, baço e pintura de contornos esbatidos, representando frequentemente enrolamentos de flores de lótus, como a peça que apresentamos (fig. 16), com alguns paralelos na colecção Amaral Cabral (Azul e branco da China, 1997, p. 58-61).

O reinado de Jiajing (1522-1566) é o período a que se atribuem a maioria das peças, somando-se em 29. Com uma vasta gama de temas decorativos clássicos, destacam-se os pratos com abas decoradas com emblemas religiosos budistas e taoistas, flores e pêsegos (fig. 17), com paralelos na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves (Pinto de Matos, 1996, p. 60-61), e na colecção Amaral Cabral (Azul e branco da China, 1997, p. 80), entre outros.

Existe um total de 21 peças, cujas características são comuns aos reinados de Jiajing, Longqing e Wanli, tendo uma possível amplitude cronológica de 1522 a



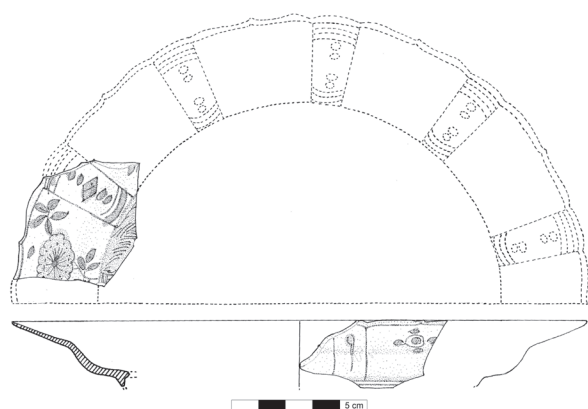
16. Tampa de pote. MS99/S7/[170]/84-89



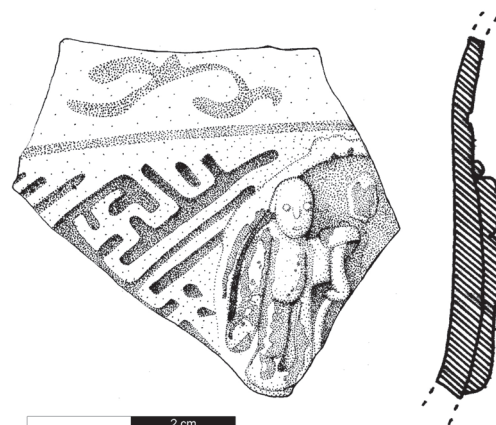
17. Prato. MS00/S7/[197]/45



18. Tampa de pote. MS 99/S8/[210]/24



19. Prato. MS99/S8/[210]/18



20. Taça. MS99/PP/[250]

1619. É o caso da tampa de pote apresentada (fig. 18). O reinado de Wanli (1572-1619), encontra-se representado por 20 peças da chamada *Kraakporselein*, sendo clássicos os pratos com decoração da aba e parede dividida em pequenos compartimentos, com representações de motivos fitomórficos (flores, como a "Glória da Manhã") e emblemas religiosos, como os "Oito objectos preciosos" (fig. 19). São peças de grande difusão com diversos paralelos em colecções portuguesas (Azul e branco da China, 1997, p. 152-154).

De atribuição cronológica algo imprecisa, situamos o invulgar fragmento de taça (fig. 20) em período correspondente aos últimos reinados da Dinastia Ming, Wanli (1572-1619), Taichang (1620), Tianqui (1621-1627) e Chongzhen (1628-1644), segundo paralelo em Hobson, 1976, p. 75-76. Destaca-se pela sua figura antropomórfica coroplástica não vidrada, pintada, representado um dos os "Oito Imortais Taoístas", no caso Lain Zaihe ou He Xiang (Macintosh, 1986, p. 157-158), motivos desenhados por excisão e pintura sobre o vidrado. Este tipo de taças foi representado em *naturezas-mortas* como a do holandês Willem Kalf, de 1662, do Museu Thyssen-Bornemisza, Madrid.

A dinastia Qing, encontra-se representada por apenas 4 peças. O pequeno fragmento atribuível ao reinado de Kangxi (1672-1722) insere-se no grupo da chamada "família verde", apresentando tons de verde, vermelho e dourado numa característica pasta modelada com caneluras (fig. 21). De forma indefinida, tem paralelo com várias peças que figuram em Pinto de Matos, 1996, p. 204-209, 214, 222-225. As 3 peças atribuídas ao reinado Qianlong (1736-1795) distinguem-se por uma sobriedade decorativa, com áreas deixadas em branco, com pintura em tons de vermelho dourado com paralelos em Pinto de Matos, 1996, p. 252-253 (fig. 22).

## CONCLUSÕES

Um convento é uma unidade multifuncional, onde a dimensão espiritual necessariamente convive com uma dimensão material. O conjunto cerâmico apresentado constitui o testemunho material da dimensão mais mundana na vida quotidiana do Convento de Santana de Leiria.

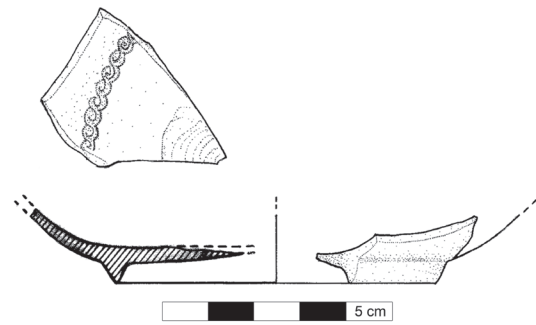
Trata-se de objectos de carácter eminentemente utilitário, sobretudo de louça de mesa, sendo também destinados à preparação e armazenamento de alimentos e farmácia, podendo, também, ter tido função decorativa. As peças terão servido em áreas funcionais identificadas como a cozinha, o refeitório, a botica, a enfermaria, a hospedaria, mas também as celas individuais das religiosas.

A colecção, na sua pequena escala, é representativa quanto aos principais tipos de peças adquiridas e consumidas em espaço nacional, tratando-se de exemplares de média e boa qualidade, em termos estilísticos e de fabrico. As peças de melhor qualidade são as porcelanas atribuídas ao século XVI e faianças do século XVII, grupo dominante em termos quantitativos, correspondendo à época máxima da produção cerâmica nacional.

Esta distribuição poderá ter a ver com factores socio-económicos, uma vez que a casa conheceu o auge entre os séculos XVII e primeira metade do século XVIII, por mercê da maior presença de elementos da nobreza e burguesia que permitiam conquistar maiores apoios económicos e porque em termos demográficos a casa viveu, nesta época, o seu auge. Por outro lado, a maior concentração de espólio nesta cronologia, poderá dever-se apenas às condições de escavação e de jazida, dado tratar-se de uma área limitada na extensão total



21. Forma indefinida. MS00/RT



22. Prato. MS00/S1C/4

do que poderia ter sido a zona de depósito ao logo dos três séculos de ocupação do espaço como convento, sujeita a sucessivos revolvimentos.

Poderão tratar-se de presentes enviados por membros da aristocracia local, que estabelecerá relações com as religiosas, motivadas por uma origem social e familiar em comum. É também no contexto destas sociabilidades que devemos perspectivar utilização destas peças mais luxuosas. Em Época Moderna, o convento não foi um espaço fechado ao convívio entre pessoas do exterior e as religiosas, que, no locutório, ou mesmo no interior do espaço da clausura, recebiam familiares e amigos. Além disso, organizavam-se pequenas recepções, no sentido de conquistar graças e apoio económico como é próprio das relações sociais de Antigo Regime, e nessas alturas, decerto que receberiam os convidados da melhor forma, pondo ao serviço as suas melhores baixelas.

Muitas destas peças tratar-se-ão de espólio pessoal do enxoval de religiosas provindas das famílias mais abastadas, nomeadamente as da nobreza, que depois seria partilhado entre a comunidade, ou de uso exclusivo. O

ingresso, por vezes sem vocação nem vontade, foi o destino de muitas filhas secundogénitas e órfãs, sem grande oportunidade de manter ou melhorar a sua condição pela vida secular. A cultura material no contexto vivências laicas e aristocráticas, com carácter de luxo, serviu como resistência aos constrangimentos dos votos e toda a austeridade que preconizam as *regras* das ordens religiosas, tentando-se recriar um pouco do ambiente doméstico familiar secular. A cerâmica de luxo, como a porcelana, mobiliário requintado, peças de ourivesaria, sedas, rendas, tapeçarias, toucadores repletos de cosméticos e o serviço de criadas particulares, farão da cela a continuidade da *casa de estrado* comum nas residências seculares, como espaço de sociabilidade doméstica feminina por excelência.

O Convento de Santana de Leiria, na sua modestíssima escala, parece, assim, acompanhar esta realidade, tão presente nas grandes casas conventuais femininas de Época Moderna que motivaram a sua descrição acompanhada de duras críticas por parte de autores moralistas como Padre Manuel Velho, com cujas palavras abrimos este nosso pequeno trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- A INFLUÊNCIA oriental na cerâmica Portuguesa do século XVII* (1994). Lisboa: Museu Nacional do Azulejo [catálogo]
- ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, (15/04/1856) – Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 10, Exposição em resposta ao parecer dado pelo Sr. Advogado Joze Lopes Vieira da Fonseca, á cerca do pagamento dos encargos pios da Capella da Corôa de que sou administrador em segunda vida, e para conhecimento das Exmas. Madres do Convento de Santa Anna de Leiria [manuscrito].
- ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, (29/12/1748 – 09/01/1782) – Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, Processo da doação de madeiras do Pinhal de Leiria [manuscrito].
- AZUL e branco da China. Porcelana ao tempo dos Descobrimientos. Coleção Amaral Cabral* (1997). Lisboa: Instituto Português de Museus [catálogo].
- BORGES, N. C. (1998) – Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (Notas de uma investigação). *Museu : revista de Arte, Arqueologia*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, S. 4, n. 7, p. 31-59.
- BRAGA, P. D. e BRAGA, I. M. R. M. D. (1995) – A protecção régia ao Convento de Santa Ana de Leiria (séculos XV-XVI) – *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima. Ano III, N.º 8, Maio-Agosto, p. 379-387.
- CABRAL, J. (1993) – *Anais do Município de Leiria*, vols. I e II. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- CALADO, R. S. (1992) – *Faiança Portuguesa*. [S.l.]. Direcção de serviços de Filatelia – Correios de Portugal.
- FERREIRA, M. A. (1995) – O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. *Actas das 1.ªs Jornadas de cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 151-162.
- GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XV e XVI, do poço-cisterna de Silves. *Xelb 3*. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 143-205.
- HOBSON, R. L. (1976) – *Chinese Pottery and Porcelain*. New York: Dover Publications.
- JOSEFA de Óbidos e o tempo barroco* (1993). Lisboa: IPPAR [catálogo].
- LEÃO, D. N. de (2003) – *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa.
- MACINTOSH, D. (1986) – *Chinese Blue and White Porcelain*. [S.l.]: Bamboo Publishing, Duncan Macintosh.
- MARGARIDO, A. P. (1988) – *Leiria. História e morfologia urbana*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- PAIVA, J. P. (2000) – Os mentores. *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 201-217.
- PAIS, A. N. e MONTEIRO, J. P. (2003) – *Faiança portuguesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio Alvim.
- PINTO DE MATOS, M. A. (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus / Philip Wilson Publishers.
- POUSÃO-SMITH, S. (2008) – *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da Dissimulatio*. Vol. I. Lisboa: Edição da Autora.
- QUEIROZ, J. (2002) – *Cerâmica Portuguesa e outros Estudos*. Lisboa: Editorial Presença.
- RAMALHO, M. M. B. e FOLGADO, D. (2000) – A Cerâmica Comum fina de finais do século XVI-XVII. Inovação ou Tradição? *Casa do Brasil / Casa Pedro Alvares Cabral*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 39-60.
- ROSÁRIO, F. A. do (1993) – Mapa de Portugal Dominicano feminino – *I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España, Portugal y America 1492-1992*. Leon, Universidade de Leon, Tomo II, p. 653-665.
- SANTOS, R. dos (1960) – *Faiança Portuguesa, séculos XVI-XVII*. Porto: Livraria Galaica.
- SOUSA, F. L. (1866) – *Segunda Parte da História de S. Domingos*. Vol. III. Lisboa: Tipografia do Panorama.
- VASCONCELOS, C. M. de (1957) – *Algumas Palavras a respeito de Púcaros de Portugal*. Lisboa: Revista Ocidente.
- VELHO, P. M. (1730) – *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*. Lisboa Ocidental: Oficina de António Pedroso Galvão.
- ZÚQUETE, A. (1943) – *Leiria: subsídios para a história da sua diocese*. Leiria: Gráfica-Leiria.